

Realismo e Abstração em Economia: Aristóteles e Ludwig von Mises contra Milton Friedman*

*Roderick T. Long***

Resumo: O autor mostra como a abstração é entendida na tradição aristotélica e usa a compreensão aristotélica de abstração para mostrar como o argumento de Friedman pró irrealismo é confuso. Mostra ainda que essa crítica aristotélica de Friedman está implícita na obra de Ludwig von Mises. Em seguida demonstra que existe um uso austríaco legítimo para modelos irrealistas, que não é o uso que Friedman imagina. Por fim, explica como a crítica austro-aristotélica de Friedman contribui para a controvérsia e para os debates austríacos sobre apriorismo metodológico.

Palavras-chave: Realismo, Apriorismo, Abstração, Idealização, Ficção, Atrito, Lógica, Psicologismo.

Realism and Abstraction in Economics: Aristotles and Mises *versus* Friedman

Abstract: The author shows how abstraction is understood in the Aristotelian tradition and uses the Aristotelian understanding of abstraction to show how the argument of Friedman pro unrealism is confusing. He also shows that Friedman's criticism of Aristotelian thinking is implicit in the work of Mises. Then, he demonstrates that there is a legitimate use for Austrian unrealistic models, but those are not to be used as Friedman says. Finally, he explains how the Austro-Aristotelian critique of Friedman contributes to their own dispute and to Austrians' disputes on methodological apriorism.

Keywords: Realism, Apriorism, Abstraction, Idealization, Fiction, Friction, Logic, Psychologism.

Classificação JEL: B41; B53

* Artigo publicado originalmente em inglês no *The Quarterly Journal of Austrian Economics*, Volume 9, Number 3 (Fall 2006): 3-2, editado pelo Ludwig von Mises Institute.
Traduzido do inglês para o português por Flávio L. Alencar.

** **Roderick T. Long** nasceu em 4 de fevereiro de 1964, em Los Angeles na Califórnia, nos EUA. É professor associado de Filosofia na Auburn University, presidente do Molinari Institute e editor do *Journal of Libertarian Studies*. cursou o bacharelado em Filosofia na Harvard University e o PhD em Filosofia na Cornell University. Publicou inúmeros artigos acadêmicos em diferentes periódicos e é autor dos seguintes livros: *Reason and Value: Aristotle versus Rand* (Objectivist Center, 2000) e *Wittgenstein, Austrian Economics, and the Logic of Action: Praxeological Investigations* (Routledge, 2008).
E-mail: longrob@auburn.edu

Economistas austríacos frequentemente criticam os neoclássicos pelo caráter irrealista de suas hipóteses. Os modelos neoclássicos são habitualmente “idealizados”; isto é, não consideram aspectos do mundo real tais como rivalidade, informação imperfeita, incentivos não monetários e passagem do tempo. Em seu influentíssimo artigo de 1953, “The Methodology of Positive Economics”¹ [A Metodologia da Economia Positiva] – um trabalho que Friedrich A. Hayek (1899-1992) uma vez descreveu como “tão perigoso” quanto a *Teoria Geral* de John Maynard Keynes (1883-1946)² –, Milton Friedman (1912-2006) defendeu o uso de modelos irrealistas, contra as críticas dos austríacos, com o argumento de que qualquer teoria explicativa boa deveria ser abstrata, e abstrações são irrealistas por sua própria natureza. Friedman escreveu:

Uma hipótese é importante se “explica” muito com pouco, isto é, se separa os elementos comuns e fundamentais da massa de circunstâncias complexas e detalhadas que cercam os fenômenos a serem explicados e permite previsões válidas por suas próprias bases. Para ser importante, portanto, uma hipótese necessita ser descritivamente falsa em suas suposições; não dá conta nem toma em consideração nenhuma das muitas outras circunstâncias presentes, uma vez que seu próprio sucesso as mostra como irrelevantes para os fenômenos a serem explicados. [...] Hipóteses verdadeiramente importantes e significativas deverão conter “suposições” que sejam descrições radicalmente imprecisas da realidade, e, em geral, quanto mais significativa a teoria, mais irrealistas são as suas suposições.³

Uma óbvia resposta austríaca para o argumento de Friedman é que os aspectos habitualmente omitidos pelos modelos neoclás-

sicos são os mesmos aspectos que são fundamentais para compreender como o mercado funciona, e, portanto, não podem ser “irrelevantes para os fenômenos a serem explicados”. Na teoria austríaca, por exemplo, o processo pelo qual os juízos empresariais corretos são premiados, e os incorretos são penalizados, é central para explicar como os mercados servem às preferências dos consumidores; mas nenhum modelo que pretenda a informação perfeita poderia dar conta desse processo.

Tal réplica, contudo, não teria muito peso com Friedman, pois ele simplesmente não entende por “explicar” o mesmo que entendem os austríacos. Como um empirista, Friedman toma uma teoria para explicar um fenômeno se ela nos permite prever a ocorrência do fenômeno; ao passo que, para os austríacos, explicar fenômenos econômicos é, na frase de Ludwig Lachmann (1906-1990), “fazer o mundo ao redor de nós inteligível em termos de ação humana e persecução de projetos”⁴. Como mostra o filósofo Peter Winch (1926-1997), esses dois conceitos de explicação são radicalmente diferentes:

A questão importante para nós é: em que circunstâncias poderia alguém dizer que compreendeu esse tipo de comportamento? [...] Max Weber (1864-1920) frequentemente fala como se o teste definitivo fosse nossa habilidade para formular leis estatísticas que nos permitissem prever com razoável precisão o que as pessoas estariam propensas a fazer em determinadas circunstâncias [...]. Podemos, porém, ser capazes de fazer previsões deste tipo com grande precisão, e contudo não ser ainda capazes de afirmar qualquer entendimento real sobre o que estas pessoas estariam de fato fazendo. A diferença é precisamente análoga àquela entre ser capaz de formular leis estatísticas sobre as ocorrências prováveis de palavras em uma língua e ser capaz de compreender o que estiver sendo dito por alguém que fala outra língua [...]. [Um] homem que compre-

¹ FRIEDMAN, Milton. *Essays in Positive Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1953. p. 3-43.

² HAYEK, F. A. *Hayek on Hayek: An Autobiographical Dialogue*. Ed. Stephen Kresge and Leif Wenar. Chicago: University of Chicago Press, 1994. p. 145.

³ FRIEDMAN. *Essays in Positive Economics*. p. 14-15.

⁴ LACHMANN, Ludwig M. Sir John Hicks as a Neo-Austrian. In: *Capital, Expectations, and the Market Process*. Ed. Walter E. Grinder. Kansas City: Sheed Andrews and McMeel, 1977. p. 261-62.

ende chinês não é um homem que tem um domínio seguro das probabilidades estatísticas para a ocorrência das várias palavras da língua chinesa.⁵

Além disso, a posição friedmaniana estaria em terreno modeviço mesmo se o poder de previsão fosse o ponto central da economia. Suponha-se que se descubra afinal que pressupostos descontroladamente falsos têm algum valor preditivo; de um ponto de vista misesiano, quando encontramos uma regularidade empírica, ainda precisamos de uma teoria correta para determinar se dessa regularidade se pode esperar que abranja uma faixa larga ou estreita de circunstâncias. Por exemplo, digamos que, no início de 2001, eu formulasse uma teoria no sentido de que há uma força constante tolkieniana no universo que produz um filme de J. J. R. Tolkien (1892-1973) a cada ano. Quando os austríacos se queixassem de que a minha teoria ignora o fato de que os filmes são produtos da ação humana e não de forças impessoais constantes, eu responderia: “Eu sei *disso*. Minha teoria não pretende ser realista. A questão é se ela é boa prognosticadora”. Faço, em seguida, o teste de minha teoria em 2001, 2002 e 2003. Eis que a teoria funciona a cada ano! – 2001 traz *A Sociedade do Anel*, 2002 traz *As Duas Torres*, e 2003 traz *O Retorno do Rei* –; porém, a menos que preste atenção à *verdadeira* explicação para essa sequência de lançamentos de filmes, serei pego de surpresa quando a regularidade falhar para 2004.

Apesar de tudo isso ser bem verdadeiro do ponto de vista austríaco, a minha preocupação nesse momento não é com os méritos *gerais* da abordagem austríaca contra a positivista, no que se refere à metodologia econômica – um assunto de que tratei detalhadamente em outra ocasião.⁶ Em vez

disso, vou argumentar que, antes mesmo de considerar a questão de quais os aspectos da economia concordam com nossas teorias explicativas e em que fundamentos, precisamos rejeitar toda a concepção de abstração com que Friedman trabalha. Invocar um entendimento rival de abstração – o aristotélico – permitir-nos-á refutar a argumentação de Friedman e justificar a posição austríaca sobre modelos irrealistas.

Aqui está um breve roteiro para o resto do artigo. Em primeiro lugar, exporei como a abstração é entendida na tradição aristotélica. Em segundo lugar, usarei a compreensão aristotélica de abstração para mostrar como o argumento de Friedman é confuso. Em terceiro lugar, mostrarei que essa crítica aristotélica de Friedman já está implícita na obra de Ludwig von Mises (1881-1973). Em quarto lugar, demonstrarei que existe um uso austríaco legítimo para modelos irrealistas, mas não é o uso que Friedman imagina. Finalmente, explanarei sobre como a crítica austro-aristotélica de Friedman lança luz sobre a disputa entre Friedman e os austríacos sobre apriorismo metodológico.

I - ARISTÓTELES E ABSTRAÇÃO

A teoria aristotélica da abstração pode ser vista como uma resposta à seguinte preocupação. Pode facilmente fazer parecer que os conceitos abstratos não se aplicam estritamente à realidade. O conceito *cavalo*, por exemplo, presume-se que seja aplicável a todos os cavalos, de qualquer cor; mas, obviamente, não poderia sê-lo se tivesse como conteúdo um cavalo de alguma cor definida. Se fosse o conceito de um cavalo castanho, por exemplo, não se poderia aplicar a um preto. Para se aplicar a todos os cavalos, então, o conceito *cavalo* deve ter como seu conteúdo um cavalo de nenhuma cor determinada. Nesse caso, porém,

⁵ WINCH, Peter. *The Idea of a Social Science and Its Relation to Philosophy*. London: Routledge, 2nd Ed., 1990. p. 115.

⁶ Ver: LONG, Roderick T. *Wittgenstein, Austrian Economics, and the Logic of Action: Praxeological Investigations*. London: Routledge, 2008. Para uma

apresentação mais breve, ver: LONG, Roderick T. *Anti-Psychologism in Economics: Wittgenstein and Mises*. *Review of Austrian Economics*, v. 17, n. 4, p. 345-69, 2004.

o conceito ainda não se aplica estritamente a nenhum cavalo real, uma vez que cada cavalo real tem uma cor determinada. Ou bem o conceito *cavalo* de alguma forma falsifica a realidade, ou bem – como argumentou Platão (427-347 a.C.), o mestre de Aristóteles (384-322 a.C.) – seu real referente não é qualquer cavalo físico, mas a transcendente e imaterial “Forma de Cavalo”, que de fato não tem nenhuma cor determinada, e da qual nossos conhecidos cavalos físicos não são senão um reflexo inadequado. Por isso as abstrações têm ou misteriosos referentes de outro mundo, ou nenhum referente em absoluto; em ambos os casos, não se podem referir a objetos conhecidos de experiência comum.

A solução de Aristóteles para esse enigma é conceber a abstração como uma questão de prestar atenção a alguns aspectos de uma coisa e ignorar os outros. Para pensar o conceito *cavalo*, por exemplo, concentramo-nos em um cavalo ordinário – seja um cavalo de verdade diante de nós, seja um cavalo imaginado diante dos olhos de nossa mente – e, em seguida, prestamos atenção às características que ele compartilha com os outros cavalos, ao mesmo tempo em que ignoramos as suas características distintas, tais como a sua cor particular.

Ao fazer diagramas [geométricos] [...], apesar de não nos utilizarmos do fato de que o triângulo é determinado em quantidade, desenhamo-lo, contudo, como determinado em quantidade. Da mesma forma, também alguém que pensa, mesmo se aquilo em que pensa não é quantitativo, monta diante de seus olhos alguma coisa quantitativa, embora não pense nisso como quantitativo; e se aquilo em que pensa é algo de natureza quantitativa, mas inderterminada, estabelece alguma coisa determinadamente quantitativa, mas pensa nisso como meramente quantitativo.⁷

Dessa forma, Aristóteles discorda da visão de Platão de que a física e a geometria estudam diferentes tipos de objetos, físicos e não físicos, respectivamente. Para Aristóteles,

a geometria estuda os objetos físicos tanto quanto a física, embora de uma forma não física; as duas ciências lidam com os mesmos objetos comuns estendidos no espaço, mas a geometria presta atenção a seu formato e posição, abstraindo de sua corporificação física.

Devemos considerar como o matemático difere do físico; porque os corpos físicos têm superfícies e volumes, comprimentos e pontos, todos os quais são da competência do matemático. [...] Agora, o matemático também preocupa-se com essas coisas, mas não como limites do corpo físico. [...] Porque, *no pensamento*, eles são separáveis do movimento, mas desta separação não surge nenhuma diferença ou falsidade.⁸

Há muitas definições que caracterizam as coisas unicamente como móveis, sem atenção alguma à natureza desses seres nem a seus acidentes, e não segue disso necessariamente que o ser em movimento tenha uma existência separada dos seres sensíveis, ou que haja nos seres em movimento uma natureza determinada; de modo que pode haver arrazoados e conhecimentos relativos aos seres que se movem, não como móveis mas unicamente como corpóreos; depois unicamente como superfícies; em seguida unicamente como longitudes; e como divisíveis, e como indivisíveis, mas tendo posição; e como indivisíveis absolutamente. [...] O ser humano é, com efeito, uno e indivisível, como ser humano. O aritmético, depois de tê-lo afirmado como uno e indivisível, buscará quais são os acidentes próprios do homem como indivisível; enquanto o geômetra não o considera nem como homem nem como indivisível, mas como corpo sólido; porque, supondo que as propriedades que se manifestam no homem sejam uma divisão real, essas propriedades existem nele em potência, até quando não há divisão. Consequentemente, os geômetras têm razão quando dizem que os objetos que estudam têm existência real.⁹

Essa concepção aristotélica da abstração foi recuperada pelos escolásticos medie-

⁷ ARISTÓTELES. *De Sensu and De Memoria*. 450a1-7.

⁸ Idem. *Physica*. 193b22-36.

⁹ Idem. *Metaphysica*. 1077b23-1078a29.

vais. Pedro Abelardo (1079-1142), por exemplo, procurou “explicar porque os pensamentos obtidos por meio de abstração não são errôneos [...], mesmo se eles concebem coisas de uma maneira diferente deles mesmos”. John Marenbon resume a solução de Abelardo:

Quando considero um homem apenas como substância ou apenas como um corpo, explica Abelardo, não estou concebendo nada em sua natureza que não esteja lá, mas não estou prestando atenção a tudo o que ele tem. Meu pensamento seria errôneo se considerasse sua natureza como sendo apenas substância ou só corpo. Não há nada de errôneo, no entanto, em considerá-lo apenas como substância ou organismo; o “apenas” deve aplicar-se ao modo de considerar, mas não ao modo pelo qual o homem existe.¹⁰

Substancialmente a mesma posição foi sustentada um século depois por Tomás de Aquino (1225-1274), que escreveu:

De dois modos se pode abstrair. De um modo, [...] quando inteligimos que uma coisa não está em outra ou está separada desta. De outro, [...] quando inteligimos uma coisa sem considerar nada de outra. Ora, abstrair, pelo intelecto, causas que na realidade não estão separadas, conforme o primeiro modo, não vai sem falsidade; mas nenhuma falsidade há em abstrair, com o intelecto, ao segundo modo, causas que na realidade, não estão separadas [...]. Por onde, o dizer que o intelecto é falso quando entende uma coisa *diferentemente* do que ela é, é verdade se *diferentemente* se referir à coisa inteligida. [...] Assim, seria falso o intelecto se abstraísse, da matéria, a espécie da pedra, de modo a entender que essa espécie não está na matéria, como ensinava Platão. Porém não é verdadeiro esse dito se *diferentemente* se referir ao que entende.¹¹

O Aquinate está aqui a distinguir entre duas maneiras diferentes pelas quais pode-

mos considerar, por exemplo, um cavalo, abstraindo de sua cor. Podemos considerar o cavalo *como não* tendo uma cor determinada, ou bem podemos *não* considerar que o cavalo *como* tendo uma cor determinada. Considerar o cavalo *como não* tendo uma determinada cor é manter, ou procurar manter, como objeto de nosso pensamento, um cavalo que simplesmente não tem nenhuma cor – uma criatura nunca encontrada na realidade física, e que tem sua casa ou no céu platônico ou em lugar nenhum. Este tipo de abstração falsifica e contradiz os dados concretos em que se baseia. Por outro lado, *não* considerar o cavalo como tendo uma cor determinada é simplesmente considerar o cavalo como um cavalo, sem considerar a sua cor de uma forma ou de outra, e nisso nenhuma falsificação está envolvida.

Esses dois tipos de abstração são muitas vezes referidos como *precisiva* e *não-precisiva*. Como Armand Maurer explica:

Precisão é um modo de abstração pelo qual se retira ou exclui algo de um conceito. Abstração é a consideração de algo sem incluir ou excluir de seu conceito características anexas a ele na realidade. A abstração sem precisão não exclui nada daquilo que é abstraído, mas inclui a coisa inteira, ainda que implícita e indeterminadamente.¹²

Em resumo, uma abstração precisiva é aquela em que certas características reais *são especificadas como ausentes*, enquanto que uma abstração não-precisiva é aquela em que certas características reais estão *ausentes na especificação*.¹³ Platão não logrou enxergar como conceitos abstratos poderiam aplicar-se estritamente à realidade física porque não conseguiu ver que a abstração poderia ser não-pre-

¹⁰ MARENBNON, John. *The Philosophy of Peter Abelard*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 166-67.

¹¹ TOMÁS DE AQUINO, Santo. *Summae Theologiae*. I. 85. 1 ad 1.

¹² Idem. *On Being and Essence*. Trad. Armand Maurer. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 2nd Ed., 1968. p. 39n.

¹³ Para uma discussão mais aprofundada sobre esta distinção, ver: LONG, Roderick T. The Benefits and Hazards of Dialectical Libertarianism. *Journal of Ayn Rand Studies*, v. 2, n. 2, p. 406-17, Spring 2001; LONG, Roderick T. Keeping Context in Context: The Limits of Dialectics. *Journal of Ayn Rand Studies*, v. 3, n. 2, p. 404-15, Spring 2002.

cisiva; pode-se dizer que ele confundiu *uma forma indeterminada de pensar em algo com um modo de pensar sobre algo indeterminado*.

É bem assim que o aristotélico austríaco Franz Brentano (1838-1917) descreve o contraste entre Platão e Aristóteles:

Platão pensava que reconhecemos a carne e o ser da carne apreendendo duas coisas diferentes. [...] Aristóteles ensina exatamente o oposto disso. [...] Seria, obviamente, uma afirmação ridícula dizer que alguém que queria saber uma coisa mas, ao invés, apreende outra coisa em seu intelecto, tenha desse modo chegado ao conhecimento do que desejava. Por exemplo, um cientista quer vir a conhecer os cristais, e as plantas, e os outros corpos que encontra aqui na Terra; logo, se apreendeu os conceitos de tetraedros e octaedros, e de árvores e ervas pertencentes a um outro mundo, ele não alcançou de forma nenhuma seu objetivo.¹⁴

Brentano, assim, endossa a solução aristotélica:

Tudo o que *é* é plenamente determinado. [...] Uma coisa, porém, que é completamente determinada ainda pode ser pensada fora de sua determinação completa. [...] É um erro, portanto, afirmar que há universais no sentido estrito. É, porém, *também* um erro negar que algo real pode corresponder a uma ideia universal [...] porque uma multiplicidade de coisas *pode* corresponder a elas. [...] Quando pensamos no objeto *como* pedra e quando pensamos nela *como* esta pedra particular, temos o mesmo objeto de pensamento em cada caso; mas *como* estamos pensando nele difere nos dois casos.¹⁵

Nos últimos anos, esta abordagem aristotélica da abstração foi retomada por Ayn Rand (1905-1982). Sobre a questão dos universais, Abelardo era nominalista e o Aquinate,

realista, mas Rand tentou transcender totalmente a dicotomia entre nominalistas e realistas; todos os três pensadores, contudo, permanecem na tradição aristotélica, e todos os três apelaram à abstração não-precisiva para explicar como conceitos se aplicam à realidade. Rand não emprega a terminologia escolástica, mas sua abordagem segue a de seus antecessores aristotélicos – Não está claro o quanto Rand estava especificamente aproximando-se da tradição aristotélica, ou, antes, sendo guiada por sua própria abordagem, aristotélica de forma geral, para chegar à mesma solução de forma independente; a mesma pergunta, para esse assunto, aplica-se também a Abelardo, que teve acesso a apenas uma fração do corpus aristotélico.

Em *Introduction to Objectivist Epistemology* [Introdução à Epistemologia Objetivista], escreve Rand:

Se uma criança considera um conjunto, um lápis e um pedaço de pau, ela observa que o comprimento é o atributo que eles têm em comum, mas que os seus comprimentos específicos diferem. [...] Para formar o conceito “comprimento”, a mente da criança retém o atributo e omite suas medidas particulares; ou, mais precisamente, se o processo fosse identificado em palavras, consistiria no seguinte: “O comprimento deve existir em *alguma* quantidade, mas pode existir em *qualquer* quantidade. Devo identificar como ‘comprimento’ aquele atributo de qualquer existente que o possua e que possa ser quantitativamente relacionado com uma unidade de comprimento, sem especificar a quantidade”. [...] Tenha firmemente em conta que o termo “medidas omitidas” não significa, neste contexto, que as medidas estão consideradas como não existentes; significa que *as medidas existem, mas não estão especificadas*.¹⁶

Considerar as medidas como inexistentes seria abstrair precisamente; considerar as medidas como existentes sem especi-

¹⁴ BRENTANO, Franz. *The Psychology of Aristotle: In Particular His Doctrine of the Active Intellect*. Trad. Rolf George. Berkeley: University of California Press, 1977. p. 86-88.

¹⁵ Idem. *The Theory of Categories*. Trad. Roderick M. Chisholm and Norbert Guterman. Hague: Martinus Nijhoff, 1981. p. 25-26, 39.

¹⁶ RAND, Ayn. *Introduction to Objectivist Epistemology: Expanded Second Edition*. Eds. Harry Binswanger and Leonard Peikoff. New York: Penguin, 1990. p. 11-12.

ficá-las é, pelo contrário, abstrair não-precisivamente. Se toda abstração fosse precisiva, “*todo avanço do conhecimento*” seria então “*um retrocesso, uma demonstração da ignorância do homem*”. Uma vez que “*os selvagens sabiam que o homem possui uma cabeça, um tronco, duas pernas e dois braços*”, segue-se que, se a ausência de especificação significasse a especificação da ausência, “*quando os cientistas do Renascimento começaram a dissecar cadáveres e descobriram a natureza dos órgãos internos do homem*”, teríamos que dizer que as suas descobertas “*invalidavam o conceito ‘homem’ dos selvagens*”, e, da mesma forma, que, “*quando os cientistas modernos descobriram que o homem possui glândulas internas, invalidaram o conceito ‘homem’ do Renascimento*”¹⁷. Numa compreensão adequada de abstração, contudo, na medida em que o que alguém não chega a incluir em seus conceitos está meramente não especificado, antes que especificado como ausente, então “*mesmo que o âmbito do [seu] conhecimento seja modesto e o conteúdo de seus conceitos seja primitivo, isso não vai contradizer o conteúdo dos mesmos conceitos na mente dos cientistas mais avançados*”¹⁸. Como anteriormente Abelardo, o Aquinate e Brentano, Rand emprega o conceito de abstração não-precisiva para responder à acusação de que a abstração falsifica a realidade:

O princípio básico da formação do conceito (que afirma que as medidas omitidas têm de existir em *alguma* quantidade, mas podem existir em *qualquer* quantidade) é o equivalente do princípio básico da álgebra, que afirma que aos símbolos algébricos tem de ser dado *algum* valor numérico, mas que pode ser *qualquer* valor. [...] Na equação $2a = a + a$, qualquer número pode ser substituído pelo símbolo “*a*”, sem afetar a verdade da equação. [...] Que aqueles que tentam invalidar os conceitos, declarando que não conseguem encontrar a “homem-dade” nos homens, tentem invalidar a álgebra, declarando que são incapazes de encontrar a “*a-dade*” em 5 ou em 5.000.000.¹⁹

II - ARISTÓTELES VERSUS FRIEDMAN

Tendo assentada a distinção entre abstração precisiva e não-precisiva, podemos voltar para a defesa de Friedman de modelos irrealistas e identificar as suas falhas. Friedman, como vimos, pensa que uma teoria econômica digna de consideração “*necessita ser descritivamente falsa em seus pressupostos*”, uma vez que “*não tem em conta, e não conta para, nenhuma das muitas outras circunstâncias presentes*”, mas, ao invés, “*abstrai os elementos comuns e cruciais da massa de circunstâncias complexas e detalhadas*”. Friedman está, com certeza, muito correto ao afirmar que uma teoria econômica precisa deixar de lado uma massa de detalhes complexos; mas, na medida em que os deixa de lado não especificando-os, ao invés de especificando sua ausência, essa teoria *não* precisa ser descritivamente falsa. Um modelo de competição perfeita, por exemplo, não se limita a não especificar a existência do erro empresarial; se assim fizesse, deixaria de explicar muito sobre o funcionamento do mercado, mas *ao menos não diria nada falso*. Em vez disso, um modelo de competição perfeita, postulando que todos os agentes econômicos possuem informações completas (e completamente similares), especifica explicitamente a *ausência* de erros empresariais – e é contra essa falsificação que objetam os austríacos. George Reisman foi exatamente ao ponto quando caracterizou o modelo de competição perfeita como “*competição platônica*”²⁰; e Friedman comete precisamente o erro platônico de tratar toda abstração como uma forma de *idealização*.

Outra evidência de que Friedman confunde a abstração precisiva com a não-precisiva está aparente na seguinte passagem:

Uma teoria ou seus “pressupostos” não podem ser perfeitamente “realistas”, no sentido imediato descritivo muitas vezes atribuído a esse termo. Uma teoria completamente “realista” do mercado de trigo teria que in-

¹⁷ Ibidem. p. 67-68.

¹⁸ Ibidem. p. 43.

¹⁹ Ibidem. p. 18.

²⁰ REISMAN, George. Platonic Competition – Part I. *Objectivist*, v. 3, n. 8, August, 1968; Idem. Platonic Competition – Part II. *Objectivist*, v. 3, n. 9, September, 1968.

cluír não apenas as condições diretamente subjacentes à oferta e à demanda de trigo, mas também o tipo de moeda ou título de crédito usados para fazer as trocas; as características pessoais dos comerciantes de trigo, como a cor dos cabelos e dos olhos de cada comerciante e olhos, seus antecedentes e sua educação, o número de membros de sua família, suas características, antecedentes, educação, etc.; o tipo de solo em que o trigo foi cultivado, suas características físicas e químicas, o clima prevalecente durante o período de crescimento, as características pessoais dos agricultores que cultivaram o trigo e dos consumidores que por fim o usarão; e assim indefinidamente. [...] Nenhum crítico de uma teoria aceitaria esse extremo lógico como seu objetivo; diria que as “suposições” da teoria a ser criticada eram “demasiadamente” irrealistas, e que o objetivo dele era um conjunto de pressupostos que fossem “mais” realistas, ainda que não completa e perfeitamente realistas.²¹

O erro de Friedman está em tomar uma teoria que incorpore ancestralidade, cor dos olhos, e assim por diante, como o “extremo lógico” do realismo. O realismo, porém, não exige que todas essas peculiaridades curiosas sejam especificadas, mas apenas que não seja especificada sua inexistência. Aqueles que criticam os modelos neoclássicos por sua falta de realismo não estão buscando uma abstração precisa que aproxime *mais* da realidade; ao revés, estão buscando uma abstração que definitivamente não é precisa. A pergunta certa a fazer não é “Quão próximas devem as nossas teorias estar da realidade a fim de produzir previsões úteis?”, mas sim “Quanto de especificidade devem incorporar nossas teorias a fim de produzir explicações úteis?”. É um erro falar, como até mesmo os austríacos fazem às vezes²², de *graus de realismo*. Todas as

abstrações não-precisivas são igualmente realistas: “Cujo é um são-bernardo” não é mais *realista* do que “Cujo é um cachorro” (embora seja mais *precisa*, assim como uma medição de 2,00 é mais precisa do que uma medição de 2,0 – não mais correta, porém mais correta com relação aos algarismos significativos). Como o sociólogo francês Charles Comte (1782-1837) – um seguidor do economista do valor subjetivo Jean-Baptiste Say (1767-1832), e, assim, em alguns aspectos, um proto-austríaco – aponta:

Não se pode confundir uma análise incompleta com uma análise falsa ou infiel. A primeira indica apenas uma parte das características do objeto descrito; mas tudo o que descreve é correto, e abstém-se de afirmar que não existem outras características além daquelas que delineou. A segunda descreve as coisas de forma diferente da que são, ou apresenta como completas descrições que não o são.²³

Friedman tenta defender o uso de pressupostos irrealistas (isto é, falsos) em economia, apontando para o uso legítimo de tais pressupostos na geometria e na física. No que diz respeito à geometria, por exemplo, Friedman escreve:

A geometria euclidiana é um modelo abstrato, logicamente completo e consistente. Suas entidades estão definidas com precisão – uma linha não é uma figura geométrica “muito” mais longa do que larga e profunda; é uma figura cuja largura e profundidade são zero. É também, obviamente, “irrealista”. Não há, na “realidade”, coisas como pontos, ou linhas, ou superfícies euclidianas.²⁴

²¹ FRIEDMAN, Milton. *Essays in Positive Economics*. p. 32.

²² Ver, por exemplo: O'DRISCOLL Jr., Gerald P. ; RIZZO, Mario J.. *The Economics of Time and Ignorance*. Oxford: Blackwell, 1996. p.21; GARRISON, Roger W. *Time and Money: The Macroeconomics*

of *Capital Structure*. London: Routledge, 2001. cap. 1; CALDWELL, Bruce J. *Hayek's Challenge: An Intellectual Biography of F.A. Hayek*. Chicago: University of Chicago Press, 2004. p. 333.

²³ COMTE, Charles. *Traité de Législation; ou Exposition des Lois Générales Suivant Lesquelles les Peuples Prospèrent, Dépérissent ou Restent Stationnaires*. Paris: Sautetlet, 1826. V. 1, p. 79-80.

²⁴ FRIEDMAN. *Essays in Positive Economics*. p. 25.

Já vimos como um aristotélico vai lidar com este exemplo: o conceito *linha* pode ser aplicado à realidade, não porque a realidade contém objetos com comprimento, mas sem largura e profundidade, mas porque a realidade contém objetos cujo comprimento pode ser considerado abstraindo-se, de forma não-precisiva, de sua largura e profundidade. Da mesma maneira, o conceito *ponto* pode ser aplicado à realidade, não porque a realidade contém objetos com localização, mas sem magnitude – físicos quânticos podem muito bem decidir que contém, mas o realismo da geometria não depende de que o façam –, mas porque a realidade contém objetos cuja localização pode ser considerada abstraindo-se, de forma não-precisiva, de sua magnitude; e assim por diante. Assim, como observou Aristóteles, “os geômetras estão certos em dizer que os objetos que discutem têm existência real” – embora errados em querer tomá-los como formas platônicas, em vez de como objetos físicos comuns.

Quanto à Física, Friedman segue a prática generalizada de tratar as leis físicas como aplicáveis apenas a condições ideais. Ele escreve, por exemplo:

É uma hipótese aceita que a aceleração de um corpo caído no vácuo é uma constante – g , ou aproximadamente 9,75 metros por segundo ao quadrado na Terra. [...] Sob uma ampla variedade de circunstâncias, os corpos que caem na atmosfera real se comportam como se fossem cair no vácuo. [...] A fórmula é aceita porque funciona, não porque vivamos em um vácuo aproximado – seja lá o que signifique isso.²⁵

Agora, é verdade que corpos em queda realmente não se movem em uma linha precisamente reta para baixo a um ritmo precisamente igual a g , porque a gravidade da Terra nunca é a única força atuando sobre um corpo caindo. Se fôssemos interpretar a lei da gravidade como afirmando que os corpos realmente se movem dessa maneira, teríamos então de concluir que a lei da gravidade não é rigo-

rosamente correta, ou que se aplica apenas a um mundo ideal, e não o real. Contudo, a lei da gravidade é certamente útil para prever os movimentos reais dos corpos reais, e por isso o uso de pressupostos “irrealistas” seria justificado, pelo menos na Física.

Aqui, mais uma vez, Friedman confunde a abstração precisa com a não-precisiva. Como Guido Hülsmann apontou, as leis econômicas, conforme os austríacos as entendem, não são relações entre eventos anteriores e posteriores, mas sim entre eventos reais e contrafactuais:

A economia austríaca é baseada na percepção de que o comportamento humano e os pensamentos humanos são *apenas uma parte* da ação humana, a saber, a parte que é realizada (que está “lá”). Outras partes da ação humana não estão – ou ainda não estão – realizadas. Essas são, em particular, a) os fins em busca dos quais os seres humanos agem e b) as alternativas perdidas que poderiam ter sido escolhidas. Fins e alternativas perdidas não são obviamente parte do mundo, no sentido de que estejam efetivamente realizados. No entanto, não se pode negar que têm algum tipo de existência, e esse fato inegável põe os economistas austríacos na posição de explicar a manifestação realizada da ação humana (comportamento e pensamentos) como um corolário da parte não realizada. [...] Por outro lado, os economistas neoclássicos procuram explicar fenômenos observáveis [...] em termos de outros fenômenos observáveis.²⁶

Não há garantia, por exemplo, de que uma lei de salário mínimo vá causar desemprego maior do que era antes da lei, uma vez que o nível de desemprego é influenciado por muitos fatores diferentes, alguns deles compensatórios. Ora, o que a lei da economia garante é que o nível de desemprego será maior sob uma lei de salário mínimo do que *seria* sem essa lei – Esta é precisamente a distinção, familiar aos

²⁵ Ibidem. p. 16-18.

²⁶ HÜLSMANN, Jörg Guido. Economic Science and Neoclassicism. *Quarterly Journal of Austrian Economics*, v. 2, n. 4, p. 4-6. Winter, 1999.

austriacos a partir dos escritos de Frédéric Bastiat (1801-1850) e Henry Hazlitt (1894-1993), entre “o que se vê e o que não se vê”. Logo, a teoria de que as leis de salário mínimo causam desemprego não é uma abstração precisa, aplicável apenas a um caso idealizado em que leis de salário mínimo são o único fator que influencia o desemprego; é, antes, uma abstração não-precisa, aplicável a todas as situações que envolvem as leis de salário mínimo, independentemente de que outros fatores estejam ativos. Como observa Hülsmann:

Porque uma lei contrafactual relata um fato observável a respeito de uma alternativa contrafactual, é irrelevante quais outros fatos existem além daquele sob consideração, como esses outros fatos são modificadas ao longo do tempo, e como eles influenciam o curso dos acontecimentos.²⁷

O que gostaria de salientar é que o que Hülsmann diz aqui sobre as leis econômicas é igualmente aplicável às leis físicas: a lei da gravidade não é tampouco uma abstração precisa aplicável apenas ao movimento em um vácuo, mas, antes, uma abstração não-precisa que *omite* qualquer referência a outras forças, sem contudo considerá-las como inexistentes. A trajetória de um objeto em queda é a resultante de todas as forças que agem sobre ele; se, durante um determinado período de tempo, um objeto cai de um metro e meio, sendo a gravidade a única força atuando sobre ele, então, mesmo que outras quaisquer forças possam estar agindo sobre ele, podemos ainda prever que o objeto *acabará um metro e meio mais abaixo* do que acabaria se não tivesse a gravidade atuando sobre ele – veja, porém, as condições na nota de rodapé.²⁸

²⁷ Idem. *Facts and Counterfactuals in Economic Law*. *Journal of Libertarian Studies*, v. 17, n. 1, p. 74. Winter, 2003.

²⁸ Aqui deve-se levar em conta uma exceção: a situação de que ser puxado para baixo cause que o objeto encontre uma força oposta que de outra maneira não teria encontrado – por exemplo, colidindo com um obstáculo e desviando-se para a direção oposta. Uma exceção semelhante aplica-se ao caso econômico: se

Assim, a lei da gravidade descreve o movimento do objeto corretamente, não só quando as outras forças são relativamente insignificantes, mas também quando são bastante relevantes – tão relevantes quanto, ou talvez mais relevantes que, a força da gravidade. Por conseguinte, estou inclinado a discordar da sugestão de Murray Rothbard (1926-1995) de que “falsos pressupostos tais como a ausência de atrito”, apesar de inadequados em Economia, são “de bom senso [e] úteis em Física”^{29, 30}. Sugestões recentes, feitas por eminentes filósofos da ciência, de que “as leis da Física mentem”³¹ estão cometendo, em Física, o mesmo erro que Friedman comete em Economia.

“um aumento da oferta de tomate (acidentalmente) provoca um aumento da demanda por esses tomates”, então “não se dá necessariamente a situação de que o preço do tomate seja menor do que poderia ser” (HÜLSMANN. *Facts and Counterfactuals in Economic Law*, p. 74, p. 77 n. 24). No entanto, mesmo se isso significasse que as cláusulas *coeteris paribus* não podem ser eliminadas por completo, o seu alcance certamente ficaria mais limitado.

Como para o caso da gravidade, a exceção acima incidentalmente fornece uma resposta a uma objeção levantada por um crítico anônimo: se um objeto (por exemplo, um livro) está apoiado sobre uma mesa, ainda podemos dizer que o objeto está um metro e meio mais abaixo do que estaria sem a influência da gravidade? Sim, no seguinte sentido: a força para baixo que o livro exerce sobre a mesa é exatamente compensada pela força para cima que a mesa exerce sobre o livro. Se o livro encontrasse aquela mesma força para cima sem a força para baixo, então, depois do intervalo apropriado, ele estaria um metro e meio mais acima do que está agora. No entanto, no caso em tela, o livro não teria encontrado a força para cima, não fosse a força para baixo; conseqüentemente, aplica-se a exceção mencionada anteriormente.

²⁹ ROTHBARD, Murray N. In *Defense of ‘Extreme Apriorism’*. In: *The Logic of Action I: Method, Money, and the Austrian School*. Cheltenham: Edward Elgar, 1997. p. 102.

³⁰ Para a defesa do argumento de que falsos pressupostos são desnecessários mesmo na Física Quântica, ver: MILLER, Richard W. *Fact and Method: Explanation, Confirmation and Reality in the Natural and Social Sciences*. Princeton: Princeton University Press, 1987. cap. 11.

³¹ CARTWRIGHT, Nancy. *How the Laws of Physics Lie*. Oxford: Oxford University Press. 1983.

III - FICÇÃO E ATRITO

Vimos que a defesa por Friedman da utilização de pressupostos irrealistas em economia tropeça na distinção aristotélica entre abstração precisiva e não-precisiva. Vou agora mostrar como essa forma aristotélica de refutar Friedman já está implícita na crítica de Mises a seus próprios predecessores.

Mises frequentemente lamenta-se de que os economistas clássicos considerem as leis econômicas como relacionadas apenas a certos tipos de causas, e por isso capazes de produzir previsões verdadeiras apenas nas situações em que apenas essas causas estão em operação:

Quando distinguíam entre as causas puramente econômicas e outras causas, os economistas clássicos se referiam apenas ao lado aquisitivo do comportamento humano. [...] A economia moderna rejeita como totalmente falacioso [...] o argumento desenvolvido para a justificação epistemológica dos métodos clássicos pelos seus últimos seguidores, especialmente John Stuart Mill (1806-1873). De acordo com essa explicação falha, a economia pura lida apenas com o aspecto "econômico" das operações da humanidade, apenas com os fenômenos da produção de riqueza "na medida em que esses fenômenos não são modificados pela busca de qualquer outra finalidade".³²

Assim, Mises lamenta, "surgiu a ideia de que as leis da cataláxia são verdadeiras apenas idealmente, isto é, pressupondo que os homens agem no vácuo, por assim dizer"³³.

Mesmo Frédéric Bastiat, o mais austríaco dos pré-austríacos, escreveu em suas *Harmonies Économiques* que, embora o "assunto da economia política seja o homem", ainda assim "não engloba o homem todo":

O sentimento religioso, o afeto paterno e materno, a devoção filial, o amor, a amiza-

de, o patriotismo, a caridade, a polidez: isso pertence ao reino da moral, que abrange todas as regiões simpáticas da convivência humana, deixando para a ciência irmã da economia política apenas o domínio do frio interesse próprio. [...] Com o que esta última lida? Lida com as operações realizadas entre pessoas que não se conhecem, que não devem a cada qual nada além da mera justiça, que estão defendendo e buscando satisfazer o seu próprio interesse. Trata-se de reivindicações que estão restringidas e limitadas por outras reivindicações, em que o autossacrifício e a dedicação altruísta não têm lugar. [...] Assim, a economia política considera o homem por um lado só, e nossa primeira preocupação deve ser estudá-lo a partir deste ponto de vista.³⁴

Os clássicos não eram realmente tão tolos a ponto de supor que intenções "autointeressadas" e "altruístas" podem ser claramente separadas em compartimentos diferentes da vida; mas, sim, consideraram a hipótese do puro autointeresse como um indicador *bom o suficiente* do comportamento das pessoas no mundo dos negócios. Em resumo, a posição deles era um pouco como a de Friedman. Diferem de Friedman, obviamente, ao querer que as suas teorias sejam, pelo menos, uma ideia muito próxima à realidade, enquanto, para Friedman, são apenas as previsões de uma teoria, não a teoria em si, que devem ser enquadradas com a realidade³⁵; mas, tanto para os clássicos quanto para Friedman, os princípios da economia são *abstrações precisivas* e, portanto, não são *estritamente* aplicáveis ao mundo real.

Mesmo os primeiros economistas austríacos foram também, em certa medida, seguidores dessa forma de pensamento. Carl Men-

³² MISES, Ludwig von. **Theory and History: An Interpretation of Social and Economic Evolution**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1985. p. 206.

³³ MISES, Ludwig von. **Epistemological Problems of Economics**. Trad. George Reisman. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 3rd Ed. 2002. p. 172.

³⁴ BASTIAT, Frédéric. **Economic Harmonies**. Trad. W. Hayden Boyers. Irvington-on-Hudson: Foundation for Economic Foundation, 1964. p. 25-26.

³⁵ Ver: ROTHBARD, Murray N. **The Logic of Action I**. p. 101: "Se é preciso escolher entre dois tipos de empirismo, parece loucura depositar confiança nos procedimentos para testar apenas conclusões, de fato. Muito melhor é certificar-se de que as premissas também estão corretas".

ger (1840-1921), fundador da Escola Austríaca, sustentou que as leis econômicas descrevem o comportamento de agentes econômicos ideais que “lutam para proteger completamente o seu interesse econômico”, têm consciência da “situação econômica, na medida em que tem influência na formação dos preços”, “não estão em erro, quanto ao objetivo econômico a ser perseguido, nem sobre as medidas pertinentes para alcançá-lo”, e não estão sujeitos a qualquer “força externa que prejudique sua liberdade econômica”. Uma vez que essas condições “ocorrem apenas em casos raros”, segue-se que “em regra os preços reais desviam mais ou menos dos preços econômicos”³⁶. A ciência exata, para Menger, “pretende estabelecer os mais simples elementos de tudo que é real”, sem considerar “se estes realmente estão presentes como fenômenos independentes”, ou mesmo “se podem em algum caso estar presentes, de forma independente, na sua pureza total”. Ele descreve uma “pessoa perseguindo apenas objetivos econômicos”, como análogos ao “oxigênio absolutamente puro, o puro ouro, o álcool puro”, que “não precisam ser testados pela realidade empírica completa”, mas “existem em parte apenas em nossas ideias”³⁷. “Não mais que a mecânica pura nega a existência de espaços cheios de ar, de atrito, etc.”, diz-nos Menger, “afirma o economista que os seres humanos são realmente guiados apenas por interesse próprio, ou que são infalíveis e oniscientes”³⁸. Eu seria o último a negar o enorme abismo metodológico que separa Menger de Friedman; no entanto, a semelhança entre estas últimas observações de Menger e a posição friedmaniana é impressionante.

Mises rejeita absolutamente a abordagem de Menger sobre esta questão:

A tarefa da economia, como muitos epígonos dos economistas clássicos a praticaram, era lidar não com eventos tal como realmente aconteceram, mas apenas com forças que contribuíram de alguma maneira, não clara-

mente definida, para o surgimento do que realmente aconteceu. A economia realmente não visa a explicar a formação dos preços de mercado, mas à descrição de algo que, juntamente com outros fatores, tenha desempenhado um certo papel, não claramente descrito, no processo.³⁹

Na visão de Mises, pelo contrário, a economia “lida com as ações reais de homens reais. Seus teoremas não se referem ao homem ideal, nem ao perfeito, nem ao fantasma de um fabuloso homem econômico (*homo oeconomicus*), nem à noção estatística de um homem médio (*homme moyen*)”⁴⁰. Quanto a Menger, Mises sugere que estava “muito sob a influência do empirismo de John Stuart Mill para levar o seu próprio ponto de vista às suas consequências lógicas completas”⁴¹.

Outro patriarca austríaco, Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914), também recebe críticas ao longo das mesmas linhas. Descrevendo a reação de seu professor à defesa por Mises da importância do “efeito Cantillon”, Mises escreve:

[Böhm-Bawerk] não levantou quaisquer objeções contra a força lógica de minha análise passo a passo; não negou seus resultados – isto é, que as mudanças no poder de compra da moeda não acarretam que os preços das diferentes mercadorias e serviços mudem simultaneamente ou de maneira uniforme, e que é incorreto sustentar que as variações na quantidade de moeda trazem consigo variações proporcionais e simultâneas no “nível” dos preços. Contudo, afirmava que isso era um “fenômeno de atrito”. Segundo ele, a velha doutrina estava correta “em princípio” e mantém o seu pleno sentido uma análise que vise à “ação puramente econômica”. Na vida real, há a resistência e o atrito, que cau-

³⁶ Menger, Carl. *Investigations into the Method of the Social Sciences*. Trad. Francis J. Nock. Grove City: Libertarian Press, 1996. p. 41-42.

³⁷ Ibidem. p. 29.

³⁸ Ibidem. p. 60-61.

³⁹ Mises, Ludwig von. *Notes and Recollections*. Trad. Hans Sennholz. South Holland: Libertarian Press, 1978. p. 75.

⁴⁰ Idem. *Human Action: A Treatise on Economics*. Chicago: Contemporary Books, 3rd rev. ed., 1966. p. 651.

⁴¹ Idem. *The Historical Setting of the Austrian School of Economics*. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1984. p. 27-28.

sam que o resultado desvie daquele a que se chegou teoricamente. Tentei, em vão, convencer Böhm-Bawerk da inadmissibilidade de metáforas emprestadas de mecânica.⁴²

Na opinião de Mises, a “*distinção entre a ação econômica e a não econômica*” tornara-se obsoleta em face da teoria subjetiva do valor, mas “*Menger e Böhm-Bawerk não conseguiram extrair todas as conclusões que deveriam vir de sua posição fundamental*”⁴³. Não é com a Escola Austríaca em si, mas apenas com o próprio Mises, que a maneira clássica de considerar a questão é finalmente deixada para trás.

O enunciado mais claro de Mises sobre estas questões vem em sua crítica à teoria dos tipos ideais de Max Weber:

A base dos equívocos de Weber pode ser exposta apenas pela análise da questão de saber se os conceitos da teoria econômica de fato têm o caráter lógico do “tipo ideal”. Essa questão tem claramente uma resposta negativa. [...] [Os conceitos sociológicos não são derivados] “por meio da *intensificação* unilateral de *um* ou *vários* aspectos e pela integração em uma *representação conceitual* imanentemente consistente de uma multiplicidade de fenômenos individuais dispersos e descontínuos, aqui presentes em maior número, ali em menor, e em alguns casos totalmente ausente, os quais estão em congruência com esses aspectos unilateralmente intensificados”. [...] São, antes, uma generalização das características que podem ser encontrados da mesma forma em cada um dos casos a que se referem. As proposições causais da sociologia não são expressões do que acontece como regra, mas do que sob nenhuma hipótese pode deixar de acontecer. Elas expressam o que necessariamente deve acontecer sempre, na medida em que as condições que pressupõem estão dadas.⁴⁴

Um tipo ideal – conceito derivado de uma “intensificação unilateral” – seria, obviamente,

mente, uma abstração *precisiva*, uma versão irrealista, simplificada, estilizada da realidade. Contra essa noção, Mises opõe as suas próprias abstrações não-precisivas, cujas características são “encontradas da mesma forma em cada um dos casos a que se referem”.⁴⁵ A resposta de Mises aos clássicos e aos primeiros austríacos, portanto, encontra uma precisa analogia na resposta da tradição aristotélica àqueles que negavam a aplicabilidade estrita de abstrações à realidade empírica. Embora pudesse tê-lo surpreendido pensar assim, Mises pode ser visto como retornando a tradição subjetivista da economia para as suas raízes escolásticas – Dada a enorme influência sobre a Escola Austríaca de Franz Brentano⁴⁶, que, como vimos, defendeu a posição aristotélica e tomista justamente nesse assunto, o ressurgimento do mesmo tema no pensamento de Mises talvez não seja tão inopinado.

IV - OS USOS DA IDEALIZAÇÃO

Vimos que Friedman está errado ao pensar que as teorias econômicas devem ser irrealistas para ser abstratas. No entanto, os próprios austríacos fazem uso de modelos irrealistas, como Robinson Crusoe na sua ilha

⁴⁵ Em defesa de Max Weber, Alfred Schütz, aluno de Ludwig von Mises, responde que, uma vez que as categorias praxeológicas são elas mesmas tipos ideais, a objeção de Mises não significa mais do que uma advertência “*contra a intrusão, na economia, de tipos ideais de especificidade muito grande e muito pouco anonimato*” (SCHÜTZ, Alfred. **The Phenomenology of the Social World**. Trad. George Walsh e Frederick Lehnert. Evanston: Northwestern University Press, 1967. p. 246). A objeção de Mises, porém, não é apenas que os tipos ideais são insuficientemente abstratos (embora ele faça essa objeção em: MISES, Ludwig von. **Money, Method, and the Market Process: Essays**. Ed. Richard M. Ebeling. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1990. p 12-14), mas que eles são abstratos *da maneira errada*.

⁴⁶ Ver: SMITH, Barry. **Austrian Philosophy: The Legacy of Franz Brentano**. La Salle: Open Court, 1994. Também disponível online em: http://ontology.buffalo.edu/smith/book/austrian_philosophy/; GORDON, David. **The Philosophical Origins of Austrian Economics**. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 1996. Também disponível online em: <http://mises.org/philorig.asp>.

⁴² Idem. **Notes and Recollections**. p. 59.

⁴³ Ibidem. p. 122.

⁴⁴ Idem. **Epistemological Problems of Economics**. p. 84, 98.

deserta, ou a “economia uniformemente circular” de Mises. Ao empregar tais abstrações precisivas, tornam-se os austríacos culpados do mesmo erro que Friedman?

De maneira alguma; uma vez que o papel que tais modelos desempenham na teoria austríaca é fundamentalmente diferente daquele que Friedman recomenda. Para os austríacos, *o propósito de abstrações precisivas é ajudar-nos a entender melhor as abstrações não-precisivas*. Conforme escreve Rothbard, *“falsas suposições são úteis na teoria econômica, mas só quando elas são utilizados como constructos auxiliares, não como premissas das quais teorias empíricas possam ser deduzidas”*⁴⁷. Ao imaginar um exemplo em que apenas alguns fatores estão em operação, podemos concentrar-nos mais facilmente, sem distração, sobre o funcionamento desses fatores – mas o objetivo é entender como esses fatores trabalham onde quer que eles estejam ativos.

A discussão de Bastiat sobre a economia de Crusoe é útil aqui. A economia de Crusoe deveria representar o homem em completa separação da sociedade; ainda que, como Bastiat observa, tal separação só possa ser inteiramente fictícia. Bastiat conta-nos que:

Embora o plano original de Daniel Defoe (1660-1731) fosse lançar em terra Robinson Crusoe, sozinho, na Ilha do Desespero, nu, privado de tudo o que o esforço unido pode somar à força de um homem, habilidades especializadas, intercâmbio e sociedade, ainda assim, Defoe teria tirado do seu romance todo traço de verossimilhança se, confiando demasiadamente no argumento que queria desenvolver, não tivesse feito necessárias concessões sociais, permitindo ao seu herói salvar do naufrágio alguns poucos objetos indispensáveis, como as provisões de comida, pólvora, um rifle, um machado, uma faca, corda, placas, ferro, etc.

Crusoe levou consigo para a solidão outro tesouro social, mil vezes mais valioso, que as ondas não poderiam engolir: isto é, suas ideias, suas memórias, sua experiência e, es-

pecialmente, sua língua, sem a qual ele não poderia ter-se comunicado consigo mesmo ou formado os seus pensamentos.

Para Bastiat, essa é *“a evidência decisiva de que a sociedade é o necessário meio do homem, uma vez que mesmo um romancista não o pode fazer viver fora dela”*⁴⁸. Em resumo, a economia de Crusoe é uma abstração precisiva, que representa a ação humana de uma maneira diferente da que de fato é. No entanto, Bastiat não condena o uso de Robinson Crusoe na teoria econômica; pelo contrário, ele próprio faz uso da economia de Crusoe:

Se o homem não fizer trocas, todas as partes do processo econômico teriam lugar no indivíduo, e para nós seria muito fácil estabelecer, a partir da observação, os seus efeitos bons e ruins. [...] As interrelações entre estes quatro elementos – o desejo, o obstáculo, o esforço, a satisfação – são perfeitamente evidentes e compreensíveis no caso de um homem em estado de isolamento. Nunca, nunca no mundo, ocorrer-nos-ia dizer:

É muito ruim que Robinson Crusoe não encontre mais obstáculos; por que, nesse caso, ele teria mais vitórias para seus esforços, seria mais rico.

É muito ruim que o mar tenha lançado, na costa da Ilha do Desespero, artigos úteis, tábuas, provisões, armas, livros; pois priva Robinson Crusoe de um objeto para seus esforços, ele fica mais pobre.

Nunca, digo eu, as pessoas iriam proferir tais proposições absurdas como oráculos da verdade. É também completamente evidente que a riqueza não consiste na quantidade de esforço necessária para cada satisfação obtida, mas que o oposto é que é verdadeiro. [...] No entanto, é sem dúvida um fato que [...] proposições que pareciam tão absurdas quando aplicadas para a Ilha do Desespero pareçam agora tão incontestavelmente verdadeiras quando aplicadas à França, a ponto de servirem como a base de toda a nossa legislação econômica.⁴⁹

Apesar de Bastiat não usar essa terminologia, claramente a questão que traz é que,

⁴⁷ ROTHBARD. *The Logic of Action I*. p. 102.

⁴⁸ BASTIAT. *Economic Harmonies*. p. 64.

⁴⁹ *Ibidem*. p. 95-96.

por meio da racionalização e da simplificação, a abstração *precisiva* envolvida na economia de Crusoe torna mais fácil para nós entender a abstração não-precisiva envolvida na lei da economia segundo a qual “a riqueza não consiste na quantidade de esforço requerida para cada satisfação obtida”.

Observações semelhantes aplicam-se à “economia uniformemente circular” de Mises, uma construção mental que tem uma ligeira semelhança com o constructo da concorrência perfeita, que os austríacos escorjam. Ambas as construções mentais abstraem *precisivamente* de características do mundo real como a informação imperfeita e a novidade. *A diferença é que a economia uniformemente circular não pretende ser um modelo – realista ou não – do mundo real.* Não se pretende que o que acontece na “economia uniformemente circular” seja um bom indicador do que acontece em economias do mundo real, senão muito pelo contrário. Em vez disso, seu objetivo é ajudar-nos a entender, por exemplo, a diferença entre o lucro e o juro, mostrando-nos como, em um mundo sem mudanças no preço, o lucro desapareceria, mas o juro não. O objetivo de considerar o mundo sem lucro da “economia uniformemente circular” não é, portanto, nos preparar para analisar situações em que o lucro seja insignificante, mas precisamente nos permitir analisar as situações em que o lucro *não* é desprezível, de modo que possamos distinguir conceitualmente entre o papel do juro e o papel do lucro, quando ambos os fatores estão em operação, e seus efeitos estão misturados.

Friedrich von Wieser (1851-1926), um dos fundadores da Escola Austríaca, trata precisamente desta questão explicando a utilização, feita por ele, de uma imaginária economia comunista como exemplo:

A forma da ficção não pode ter enganado ninguém. Eu poderia, é claro, ter afirmado secamente que pretendia abster-me da consideração de certos fatos. Porém, como alguém que queira olhar para as coisas certas sem ser perturbado pelas impressões de outras coisas, e ajude os sentidos, depositando um véu sobre os objetos indesejados, pensei

em ajudar a imaginação, fazendo uso da facilmente compreendida imagem de uma sociedade comunista, interessada em suprimir na realidade tudo o que quis desconsiderar no pensamento. A ficção que utilizei deve ser considerada apenas sob essa luz.⁵⁰

Do mesmo modo expressa-se Ludwig Wittgenstein (1889-1951), em contexto um pouco diferente:

Se quisermos estudar os problemas de verdade e falsidade, do acordo e discordância das proposições com a realidade, da natureza da afirmação, suposição e pergunta, devemos, com grande vantagem, olhar para as formas de linguagem primitivas em que estas formas de pensar aparecem, sem confundir os contextos de processos de pensamento altamente complicados. Quando olhamos para essas formas simples de linguagem, esmorece a névoa mental que parece amortilhar nosso uso comum da língua. Vemos atividades, reações, que são claras e transparentes. [...] Vemos que podemos construir as formas complexas a partir das primitivas por meio de adicionar gradualmente novas formas.⁵¹

“Na vida tudo está em constante fluxo”, diz Mises, “mas, para o pensamento, devemos construir um estado imaginário de descanso. Dessa maneira, isolamos conceitualmente os fatores individuais, a fim de sermos capazes de estudar os efeitos das alterações sobre eles”⁵²; ou, nas palavras de Rothbard: “Só por meio da análise de um estado fictício imutável podemos chegar a uma análise adequada do real mundo econômico cambiante”⁵³.

⁵⁰ WIESER, Friedrich von. **Natural Value**. Trad. Christian A. Malloch. London: Macmillan. 1893, p. 243.

⁵¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. **The Blue and Brown Books: Preliminary Studies for the Philosophical Investigations**. New York: Harper and Row, 2nd Ed., 1980. p. 17.

⁵² MISES. **Epistemological Problems of Economics**. p. 117.

⁵³ ROTHBARD. **The Logic of Action I**. p. 102.

V - AS ARMADILHAS DO PSICOLOGICISMO

Estive argumentando em defesa da abordagem austríaca do realismo na teoria econômica, e contra a abordagem de Friedman; mas essa é, evidentemente, apenas uma das duas grandes disputas metodológicas entre Friedman e os austríacos. A outra lida com o empirismo contra o apriorismo. Sem explorar essa última questão em detalhe, gostaria de oferecer uma hipótese de como o mau entendimento de Friedman da abstração e sua resistência ao apriorismo metodológico de Mises estão relacionados. Não acho que um seja a causa do outro, mas, sim, penso que os dois têm uma causa comum: a incapacidade de distinguir entre o *lógico* e o *psicológico*.⁵⁴

Considere-se a primeira crítica de Friedman ao apriorismo praxeológico de Mises, que condena como “uma visão completamente absurda”:

Tal abordagem metodológica, penso eu, tem muitas influências negativas. [...] Tende a tornar as pessoas intolerantes. Se você e eu somos praxeologistas, e discordamos sobre se alguma proposição ou afirmação está correta, como é que vamos resolver essa divergência? Podemos gritar, podemos argumentar, podemos tentar encontrar uma falha lógica um no argumento do outro, mas no final não temos maneira de resolvê-lo, exceto pela luta, dizendo que você está errado e eu estou certo.⁵⁵

Friedman obviamente pensa que, em um raciocínio *a priori*, em oposição à ciência empírica, não há maneira objetiva de resolver os desacordos. Por que ele acredita nisso? Por que está tão certo de que tentar “encontrar uma falha lógica um no argumento do outro”, como Friedman expõe, não consegue resolver o problema? Só posso conjecturar que Friedman considera um raciocínio *a priori* como um

processo *subjetivo* de consulta ao conteúdo interno da mente da própria pessoa, atentando para os veredictos de alguma voz interior essencialmente privada que uma segunda pessoa não pode verificar. O método empírico, por outro lado, apela para evidência *publicamente* disponível e assim permite a objetividade; mas pensar em um raciocínio *a priori* desta forma é justamente confundir o psicológico com o lógico.⁵⁶

Tomemos um caso menos controverso de uma disciplina *a priori*: a matemática. Se dois matemáticos discordam sobre os resultados de um cálculo, eles não vão aos socos, nem vão consultar uma fonte privada de revelação. Ao invés, tentam “encontrar uma falha lógica um no argumento do outro”, e provavelmente um deles terá sucesso – porque *as relações lógicas são pelo menos tão “públicas” quanto as empíricas*. O apriorismo metodológico não apela para os estados psicológicos privados de ninguém. Como David Gordon aponta:

Quando alguém afirma uma proposição como auto-evidente, isso não quer dizer que esteja apelando para uma experiência psicológica de certeza para sustentar a proposição. Fazer isso seria precisamente não afirmar que a proposição é evidente, uma vez a sua prova aqui depende de algo mais – a experiência psicológica.⁵⁷

Ao defender o apriorismo metodológico, Mises não estava defendendo a confiança em experiências psicológicas particulares. Afinal, foi Mises quem escreveu: “*Não há meios racionais disponíveis, seja para endossar, seja para rejeitar uma doutrina sugerida por uma*

⁵⁴ Para os textos clássicos explicando essa distinção, ver: FREGE, Gottlob. **The Frege Reader**. Ed. Michael Beaney. Oxford: Blackwell, 1977.

⁵⁵ EBENSTEIN, Alan. **Friedrich Hayek: A Biography**. New York: Palgrave, 2001. p. 273.

⁵⁶ Poder-se-ia objetar que o tipo de apriorismo que Friedman está criticando refere-se ao *juízo sintético a priori*, enquanto a lógica, ao invés, lida com o *analítico a priori*. Para uma crítica de orientação austríaca da distinção entre formas analíticas e sintéticas de apriorismo, ver: LONG, Roderick T. Anti-Psychologism in Economics: Wittgenstein and Mises. **Review of Austrian Economics**, v. 17, n. 4, 2004. p. 345-69.

⁵⁷ GORDON, David. **The Philosophical Origins of Austrian Economics**. p. 29.

voz interior”⁵⁸. Antes, estava defendendo a confiança nos padrões *publicamente acessíveis* do raciocínio lógico. Para Mises, é o apriorismo que resolve os insolúveis debates entre os empiristas, e não o contrário, uma vez que não se pode escolher entre interpretações concorrentes de dados sem apelar para a teoria abstrata: “Divergências sobre o poder probatório da experiência apenas podem ser resolvidas voltando para as doutrinas da teoria universalmente válida, que é independente de toda a experiência”⁵⁹. Friedman é, naturalmente, livre para disputar o conteúdo dos argumentos apriorísticos de Mises, mas o próprio fato de que possa fazê-lo mostra que é equivocada a crítica de Friedman à sua *forma*. Tratando a praxeologia como um método *subjetivo*, incapaz de demonstração pública, Friedman comete a falácia do *psicologismo*, confundindo as relações lógicas com as psicológicas – Essa acusação de psicologismo, aliás, não é nenhum insulto à perspicácia de Friedman. O psicologismo é um dos erros mais persistentes e sedutores em filosofia; mentes brilhantes erigiram completos sistemas sobre tais enganosos fundamentos.

O psicologismo que explica a má compreensão de Friedman do apriorismo provavelmente também explica a sua incompreensão da abstração. A incapacidade de Friedman de ver a possibilidade da abstração não-precisiva sugere que ele confunde o *ato* de pensar com o seu *conteúdo*. Quando o ato e o conteúdo são confundidos, torna-se natural supor que, se algo está ausente do ato de pensar, também deve estar ausente do conteúdo de pensamento – em tal caso, toda abstração seria naturalmente vista como precisiva. Confundir o ato de pensar com o seu conteúdo é justamente confundir um item *psicológico* interior com um item *lógico*.⁶⁰

Fechemos com uma última observação. Friedman e Mises podem discordar em outras coisas, mas concordam que uma ética *a priori* é impossível. Aqueles que defendem a possibilidade de uma ética racionalmente justificável – Mises argumenta – estão em essência afirmando que o conhecimento moral é “transmitido ao homem por uma voz interna, ou seja, por intuição”, e deixam de reconhecer que, “com relação à interpretação da voz interior [...] nenhum método para pacificamente resolver [...] discordâncias pode ser encontrado”⁶¹. O paralelo entre a crítica de Mises a uma ética *a priori* e a crítica de Friedman à economia *a priori* do próprio Mises é impressionante e deve pelo menos levar-nos a suspeitar que Mises caiu, nesse ponto, na mesma confusão de Friedman entre o caráter privado de uma “voz interior” e o caráter público da lógica. ∞

⁵⁸ MISES. *Theory and History*. p. 165.

⁵⁹ Idem. *Epistemological Problems of Economics*. p. 30.

⁶⁰ Ver: FREGE, Gottlob. Review of Dr. E. Husserl's Philosophy of Arithmetic. Trad. E. W. Kluge. *Mind*, v. 81, n. 323, p. 324-25, July 1972.

⁶¹ MISES. *Theory and History*. p. 53.